CONGRESSO

Cresce influência das bancadas informais

Partidos políticos perdem sua força e os interesses ideológicos e corporativistas separam senadores e deputados em dois blocos

RAYMUNDO COSTA e GUILHERME EVELIN

BRASÍLIA — Quem passa pela casa do ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, nas noites de terça-feira, certamente fica surpreso com o grupo que ele costuma reunir para o churrasco e para o jogo de futebol de salão. São funcionários do ministério e políticos de todos os partidos e matizes ideológicas como o pecuarista Ronaldo Caiado (PFL-GO) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Em comum, eles têm apenas uma coisa: o interesse pela agricultura, que os juntou numa bancada informal, com cerca de 250 deputados. Como a rural, existe pelo menos uma dezena de outras bancadas informais atuando no Senado e na Câmara, uma tendência que deve se acentuar na revisão constitucional.

"É um sinal dos tempos: o sistema partidário não está dando conta de processar todas as demandas", analisa o chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), David Fleischer. Situação parecida ocorreu no período imediatamente anterior ao movimento militar de março de 1964, quando quase todos os deputados e senadores estavam divididos em blocos.

Na época, os mais expressivos eram a Frente Parlamentar Nacionalista (FNP), que defendia as reformas de base do presidente João Goulart, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que se opunha a elas. Com a extinção dos antigos partidos, os integrantes da FNP que não foram cassados acabaram no MDB, e os da ADP no abrigo da Arena.

Dois blocos — Atento analista da vida partidária brasileira, Fleischer identifica dois tipos de blocos informais: os ideológicos e os corporativistas. Nos primeiros se enquadram a FNP, que está sendo relançada, e o Bloco da Economia Moderna (BEM). No segundo caso, estão as bancadas rural, dos servidores públicos, do Banco do Brasil, dos evangélicos, da Petrobrás, da Amazônia e dos empreiteiros, para citar apenas algumas delas. Ou seja, o que as legendas separam, o interesse ideológico ou corporativista junta.

"Os partidos são apenas legendas e um veículo eleitoral", afirma Fleicher. "Muitas vezes os deputados não têm nenhuma afinidade com seus 'colegas'." Ele vê apenas uma exceção: o PT. O deputado José Genoíno (SP), uma das principais lideranças petistas na Câmara concorda: "Os blocos informais representam o esgotamento dos partidos que não têm programa e uma certa disciplina", diz ele.

Fleischer, Genoíno, os deputados Francisco Dorneles (PFL-RJ), um dos coordenadores do BEM, e Waldyr Pires, da FPN, estão todos de acordo. O problema dos partidos está na legislação eleitoral, que o Congresso deve modificar ainda este ano, para tornar mais rígidos a criação e o funcionamento dos partidos políticos.

Fleischer lembra ainda que o Brasil é um dos poucos países do mundo que utiliza o sistema eleitoral da lista aberta, em que o eleitor só vota no nome, ao invés da lista fechada, onde o partido apresenta uma chapa com os nomes dos candidatos em ordem. "Os partidos procuram representantes das corporações e tudo que é corrente dentro de um Estado", afirma. "O resultado é que as bancadas não têm nada em comum".

O poder de fogo dos blocos informais não passou despercebido do coordenador político do governo, o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen: no início da semana, por exemplo, ele chamou 10 deputados da bancada evangélica para uma audiência no Palácio do Planalto. Quando alguma votação aperta, como aconteceu com o salário mínimo, ele não hesita em acionar o ministro Cabrera e sua bancada rural. É certo que Cabrera mudou, na última hora, votos dos ruralistas que estavam contra o governo.

União de Interesses

Deputados e senadores se agrupam em bancadas informais, mais poderosas até que os partidos

Parlamentaristas
Seu comando agrega hoje tanto parlamentares à esquerda como à direita. A nova "turma do poire" continua chefiada pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e hoje é integrada pelos deputados Roberto Magalhães (PFL-PE), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Nélson Jobim (PMDB-RS), Israel Pinheiro (PRS-MG), José Serra (PSDB-SP) e José Genoíno (PT-SP) e o senador José Richa (PSDB-PR). Depois da derrota na Constituinte, os parlamentaristas têm hoje maioria na Câmara e no Senado. A Frente Parlamentarista Nacional, criada em 1989, tem 273 deputados e senadores filiados. Na batalha para conseguir antecipar o plebiscito sobre forma e sistema de governo eles chegaram a arregimentar 305 votos no primeiro turno de votação da emenda constitucional na Câmara. Essa força passará por sua segunda contagem quarta-feira, quando a emenda for analisada em segundo turno.

Bancada rural
Talvez a maior e mais influente bancada informal do Congresso. Reúne 250 deputados das mais diversas tendências políticas, como o petista Pedro Toneli (PR) e o pefelista Ronaldo Caiado (GO). Um de seus principais articuladores é o deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), mas a bancada gravita mesmo em torno do ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, que os prestigia e é correspondido. No período em que o ministro esteve demissionário, em menos de 48 horas a bancada colheu 270 assinaturas de parlamentares em apoio à sua permanência no cargo. Sua maior vitória foi a aprovação da Lei Agrícola, no final de 1990. O bloco impôs derrotas ao governo, como na rejeição do projeto de lei que modificava os porcentuais do Imposto Territorial Rural (ITR). Nesse caso, foi cúmplice de Cabrera, que nos bastidores bombardeou o projeto da então ministra Zélia Cardoso de Mello.

BEM
Lançado em setembro do ano passado, o Bloco da Economia Moderna (BEM) reúne 137 deputados de nove partidos, defensores do liberalismo e adversários do intervencionismo estatal na economia. É dirigido por um comitê executivo provisório, formado pelos deputados Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-RJ), Luís Carlos Hauly (PST-PR), Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e João Mellão (PL-SP), atual ministro do Trabalho e da Administração. Está se organizando para atuar na revisão constitucional no próximo ano e tem como secretário-executivo o ex-embaixador do Brasil na Alemanha Oscar Lorenzo Fernandez. Mas já atua nas comissões encarregadas de analisar a reforma tributária, a desregulamentação dos portos, o novo código de propriedade industrial e a reestruturação da Previdência Social. Um dos projetos do BEM propõe a privatização parcial da Previdência, nos moldes do sistema existente no Chile.

Bancada do Nordeste
O lobby nordestino reúne 170 deputados e senadores da região. O coordenador da bancada é o líder do PDS na Câmara, deputado José Luiz Maia (PI). Poderosa, ela conseguiu derrubar, no ano passado, a proposta do governo de suspender temporiamente, por causa do ajuste fiscal, as transferências de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste, criado na Constituinte por pressão da bancada. Seu próximo alvo é a regulamentação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano do mecanismo, a partir do qual, as transferências de recursos da União passarão a ser feitas de acordo com a população dos Estados.

Banco do Brasil
O pelotão de frente do bloco de parlamentares defensores do Banco do Brasil no Congresso é formado por funcionários e ex-funcionários da instituição. São oito deputados — Beraldo Boaventura (PDT-BA), Paulo Mandarino (PDC-GO), José Fortunati (PT-RS), Paulo Bernardo (PT-PR), Augustinho Valente (PT-MG), Augusto Carvalho (PPS-DF), José Falcão (PFL-BA), José Dutra (PMDB-AM) — e três senadores — Epitácio Cafeteira (PDC-AM), Wilson Martins (PMDB-MS) e Dirceu Carneiro (PSDB-SC). Na retaguarda, figuram os integrantes da numerosa bancada ruralista no Congresso. Uma prova do poder de fogo deste lobby no Congresso foi a aprovação, em regime de urgência urgentíssima, há cerca de um mês, do projeto de lei de criação do Banco do Brasil na Europa. A cerimônia de sanção do projeto levou 130 parlamentares ao Palácio do Planalto. Além disso, eles vêm barrando o projeto do deputado César Maia (PMDB-RJ) de reformulação do sistema financeiro nacional, que seria votado no final do ano passado e agora está na lista de espera de uma comissão especial na Câmara.

Frente Parlamentar Nacionalista
Reedição da antiga FPN, criada em 1958 no governo de Juscelino Kubistchek, defende o reexame da política de privatização do governo Collor e o Estado como agente "indutor do processo de desenvolvimento e comprometido com o bem-estar da sociedade". Reúne cerca de 120 parlamentares, de todos os partidos de esquerda, e é dirigida por uma comissão integrada pelos deputados Miguel Arraes (PSB-PE), Waldir Pires (PDT-BA) e pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). O secretário-geral é Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um radical nacionalista. A FPN já elegeu seu inimigo: o "Emendão" do presidente Fernando Collor, que pretende derrotar. A frente quer discutir "o papel do Estado e a função estratégica das empresas estatais", e tentar reexaminar as privatizações já feitas. Aos que os acusam de estar na contramão da história, o deputado Waldir Pires lembra que não há país no mundo em que o Estado não tenha ficado com o controle de setores estratégicos.

Bancada da Amazônia
Intregrada por 80 deputados e 20 senadores, de todos os partidos, atua em defesa dos interesses regionais. É presidida pelo deputado José Dutra (PMDB-AM). Atuou com força total durante a Assembléia Nacional Constituinte, quando, entre outras coisas, conseguiu aprovar a manutenção da Zona Franca de Manaus. Os subsídios são o seu forte.

Evangélicos
O lobby dos parlamentares ligados às igrejas evangélicas foi muito ativo na Constituinte. Hoje, é menos organizado e numeroso — reúne 27 deputados. A maior bancada evangélica está concentrada no PTR do governador Joaquim Roriz (DF): sete dos 15 deputados do partido. Eles estão espalhados por mais seis partidos, limitando sua ação a manifestações contra a legalização do aborto e do jogo e a projetos com propostas de combate ao uso do álcool e dos tóxicos. O grupo mais numeroso é ligado à Assembléia de Deus, no qual figuram os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ). A Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, também tem representantes: Aldir Cabral (PTB-RJ), Laprovita Vieira (PMDB-RJ) e Luiz Moreira (PTB-BA).

ACM
A sigla pela qual é conhecido o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, funciona hoje como um partido informal no Congresso, maior do que nove partidos com representação oficial na Casa. A base é a bancada da Bahia, na qual se concentra sua tropa de choque: 23 deputados, que se abrigam no PFL, PRN, PDC, PTB, PL e PMDB, entre os quais se destacam o líder do bloco do governo, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL), e o ex-presidente da Comissão de Finanças da Câmara, deputado Benito Gama (PFL). À tropa de choque, reúnem-se os votos flutuantes de parlamentares que são influenciados pelo governador. Os aliados de ACM estimam que 80% dos deputados do PFL obedecem sua orientação, além de 10% da bancada do PMDB. Na Constituinte, foi Antônio Carlos quem acionou o rolo compressor para garantir os cinco anos de mandato de José Sarney na Presidência. No ano passado, foi um dos grandes responsáveis pela forma final dada ao projeto de rolagem das dívidas estaduais.

Empreiteiros
Quando leu o orçamento do Ministério da Saúde para este ano, o ministro Adib Jatene teve uma surpresa: havia muito mais dinheiro para a construção de hospitais do que para operar o sistema de saúde propriamente dito. Tudo graças à diligente atuação dos empreiteiros junto à Comissão de Orçamento. Eles não chegam a constituir exatamente uma bancada, mas dispõem de ampla influência no Congresso, onde seu principal representante é o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), também presidente da Câmara Brasileira de Construção Civil. Na Constituinte, influiram decisivamente em matérias como a definição da empresa nacional.

Funcionários públicos
A deputada Maria Laura (PT-DF), ex-presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos de Brasília, é a principal porta-voz da categoria no Congresso. Mas o lobby dos servidores tem o reforço de parlamentares como os deputados Chico Vigilante (PT-DF) e Maria Luíza Fontenelle (PSB-CE) e os senadores Maurício Corrêa (PDT-DF), Valmir Bezerra (PTB-DF), Humberto Lucena (PMDB-PB), Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) e Aloízio Bezerra (PMDB-AC). Há dois anos, Corrêa e Sabóia de Carvalho foram autores de projeto de um trem da alegria para a contratação pelo Congresso de 800 funcionários demitidos de empresas estatais. O deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ) encarrega-se do lobby dos militares, mas tem ajuda no Senado. O senador Valmir Bezerra foi o autor do projeto de venda dos imóveis funcionais das Forças Armadas em Brasília, rejeitado no ano passado por pressão dos ministros militares.

Petrobrás
Os deputados Ariosto Holanda (PSB-CE), funcionário da empresa, Jacques Wagner (PT-BA) e Sandra Starling (PT-MG) são porta-vozes dos petroleiros no Congresso. De olho na revisão constitucional, o lobby da empresa já começa a arregimentar apoio em todos os partidos a favor da manutenção do monopólio estatal na produção de petróleo. A tese consegue unir desde o senador Albano Franco (PRN-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), até o senador Mário Covas (PSDB-SP).